

Trabalho e Educação: Um olhar a partir dos Camelôs e Ambulantes de Cuiabá

**Christiany Regina Fonseca
Edson Caetano**

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre os camelôs e ambulantes e sua relação com o Trabalho e a Educação na perspectiva da experiência e da produção de saberes, buscando compreender a “sobrevivência” da Economia Popular frente à ordem do capital que tem tornado precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscar alternativas para sobreviver e assegurar a produção material e imaterial da vida. O referencial teórico-metodológico se apoia na literatura nacional acerca dos temas: Trabalho, Educação, Economia Popular, Reestruturação Produtiva, Experiência e Produção de Saberes. O processo pedagógico também se constitui como um elemento da cultura do trabalho, sendo sua dinâmica fonte de saberes adquiridos e produzidos no próprio processo de trabalho, no qual camelos e ambulantes estão inseridos nesta perspectiva.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Camelôs.

Este artigo tem como tema a relação entre Trabalho e Educação a partir da economia popular. Trata-se de uma proposta de investigação que se apoia na interface entre a sociologia do trabalho, a economia popular e a sociologia da educação.

Objetivamos compreender a construção e utilização das estratégias de produção e ampliação da vida, desenvolvidas pelos camelôs e ambulantes, que utilizam de estratégias diversas de trabalho para garantia da sobrevivência construindo, assim, saberes.

Pretende-se também através deste estudo contribuir para o debate sobre a questão da economia popular, do qual a identificação deste tipo de atividade seria de suma importância para melhor compreensão de como a interface trabalho e educação acontecem nesta, a partir da compreensão de que por meio do trabalho o homem constrói saberes e assim ele também se forma e se constrói.

Para corroborar com este ideário de identidade entre trabalho na perspectiva da economia popular e da educação, se faz necessário problematizar as relações entre Trabalho e Educação na produção e busca compreender como se produz e reproduz a relação entre o trabalhador da economia popular, o seu trabalho e a educação nos processos de produzir e garantir a vida entre os camelos e ambulantes, que sendo forjados na perspectiva capitalista criam estratégias de trabalho, de sabedoria e de sobrevivência no seu cotidiano.

Trabalho na concepção marxista

A sociedade contemporânea tem presenciado intensas transformações nas últimas duas décadas. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva a partir da acumulação flexível que têm acarretado, entre tantos aspectos destrutivos, um significativo aumento nos índices de desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação entre homem e natureza. (ANTUNES, 2001).

Antunes (2001) aborda que no que diz respeito à questão do Trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital.

- 1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos;
- 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 2001, p. 37).

Para Antunes (2001), existem consequências graves quanto à crise do capital, trata-se de uma profunda crise estrutural que vem destruindo a força humana que trabalha, destroem-se os direitos sociais, massificam-se significativos contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho, torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, mantendo-se, entretanto, circuito reprodutivo do capital.

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2001, p.40).

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, à propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (HARVEY, 1992; MCLLOY, 1997; BEYNON, 1995).

Como resposta a crise do capital, várias transformações vêm ocorrendo. Uma delas diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho (ANTUNES, 2001).

A forma “flexibilizada” de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve consequências enormes no mundo do trabalho.

Ao levar as últimas consequências a precarização da vida, o modelo neoliberal vem obrigado às pessoas a criar novas formas de trabalho e, ao mesmo tempo, recuperar antigas relações sociais. Vale ressaltar que, na luta pela sobrevivência nos deparamos com um número significativo de trabalhadores que fazem do espaço da rua o seu local de trabalho (TIRIBA, 2003).

O universo dos trabalhadores da rua é formado por trabalhadores que desempenham atividades tanto da economia informal como da economia popular, no entanto, o fato de pertencer ou ser oriundo dos setores populares, não confere ao trabalhador o status de ser um trabalhador da economia popular, assim é preciso diferenciar a racionalidade das diferentes formas de fazer a economia (TIRIBA, 2003).

A manutenção da sobrevivência é fundamental elemento de identidade dos setores populares, no entanto não é suficiente para explicar a racionalidade da economia popular.

De acordo com o Dicionário Internacional da Outra Economia,

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcendea obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos. O conceito remete ao significado etimológico da palavra economia originada do grego oikos (casa) e nemo (eu distribuo, eu administro). Assim como Oikonomia diz respeito ao “cuidado da casa” (entendida como morada do ser humano), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, homens e mulheres que não vivam da exploração da força de trabalho alheio tentam garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempo mais amplos das relações sociais (TIRIBA e ICAZA, 2009, p. 83).

No contexto do capitalismo, como forma de amenizar as contradições entre capital e trabalho, os atores da economia popular criam estratégias de trabalho e sobrevivência que

visam não apenas à obtenção de excedentes que possam ser trocados no mercado, como também de alguns elementos fundamentais ao processo de formação humana, como a socialização do saber, ainda que de forma imediata essas práticas configuram-se em obtenção de ganhos monetários (TIRIBA e ICAZA, 2009).

Tiriba (2003) destaca ainda que além de fazer amigos e ter a oportunidade de se relacionar com muitos turistas brasileiros e estrangeiros, ampliando assim sua cultura e contatos, para esses trabalhadores da economia popular, uma das vantagens de trabalhar nas ruas é o fato de ter “liberdade” e “autonomia”, ou seja, não ter chefe. Ao mesmo tempo em que precisa suportar uma longa jornada de trabalho, ficar exposto ao sol e à chuva, fugir da fiscalização e viver de rendimentos incertos que a rua pode lhe oferecer.

O trabalho é a forma pela qual, nos processos de criação e recriação da realidade humano-social, se dá a mediação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmos. Como parte integrante da natureza, no processo de trabalho, os seres humanos modificam sua própria natureza, construindo cultura, maneiras de fazer e pensar o mundo natural e social.

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007).

Para Karl Marx, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material e imaterial (MARX & ENGELS, 1974, p. 19).

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem a partir das relações sociais de produção. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo

educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007).

Para Gramsci (1976, P. 83), a educação vai além da educação escolar, invadindo todos os processos que envolvem a formação da consciência e a produção da subjetividade. Entre os diversos espaços de formação, considera que "[...] a classe operária também se governa fora do sindicato, se governa no seio da fábrica de acordo com o seu local de trabalho".

Pode-se afirmar que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2007).

Por ser o processo de trabalho, em si mesmo, uma instância de produção de conhecimentos sobre o mundo natural e social, o objetivo da educação não poderia ser outro a não ser o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadores pudessem rearticular os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade. E também para que pudessem expressar, por meio de diversas linguagens, nossa subjetividade – objetivada pelas condições materiais e imateriais que nos constituem como seres sociais (TIRIBA, 2008).

A experiência que é a base material de produção de tantos saberes, resulta da totalidade de experiências e culturas do trabalho de uma classe, em constante formação. (THOMPSON, 1981), Independentemente do grau de escolaridade e dos limites geográficos temporais e espaciais do local de trabalho o trabalho é princípio educativo. (GRAMSCI, 1982).

Trabalho e Educação: A experiência dos camelos e ambulantes em Cuiabá

A partir da reestruturação produtiva tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem alternativas de manutenção da vida. Em meio a esta perspectiva, esses trabalhadores da economia popular buscam formas de conseguir os recursos necessários à sobrevivência e de produção de saberes.

No centro de Cuiabá/MT, na Rua 13 de junho, uma das mais movimentadas da capital, se encontram diversos camelos e ambulantes que garantem a sobrevivência por meio de vendas de produtos diversos que vão desde filmes piratas, eletrônicos da China até mesmo produtos produzidos pelos próprios trabalhadores. Esses trabalhadores fazem a exposição dos seus produtos na Praça Ipiranga e na própria Rua 13 de junho e atualmente também se localizando no novo “Shopping dos Camelos”, espaço criado pela prefeitura para que esses trabalhadores saiam das ruas.

Quando iniciaram as obras para a Copa de 2014 em Cuiabá/MT, a prefeitura e o governo do estado de Mato Grosso, retiraram os camelos e os ambulantes que se localizavam no interior da praça e da rua, alegando uma reforma na referida praça, bem como a “organização e a limpeza da cidade”. Como contrapartida, abrir-se-ia um espaço para que de forma legítima os trabalhadores pudessem vender os seus produtos.

O local indicado para que esses trabalhadores pudessem vender seus produtos foi um barracão, no bairro Porto, zona oeste de Cuiabá/MT, próximo a atual “*Feira do Porto*” com uma estrutura para o estabelecimento de 250 (duzentos e cinquenta) trabalhadores. No entanto, por meio de relatos desses ambulantes e camelos coletados em uma pesquisa exploratória realizada nos meses de setembro e dezembro de 2013 e março e abril de 2014, os mesmos informaram que antes da entrega do barracão pela prefeitura havia sido feito um cadastramento para contabilizar o quantitativo dos “*trabalhadores de rua*”, o que totalizou 376 (trezentos e setenta e seis) cadastrados. Um número não compatível com o número de boxes disponibilizados pela prefeitura para que os ambulantes e camelos pudessem desocupar a rua. Vale ressaltar que 376 foram os que conseguiram o cadastramento, pois alguns líderes dos camelôs, ligados ao suplente de vereador Misael Galvão (PR), alegam que são aproximadamente 1.000 (mil) profissionais trabalhando nas praças da República, Ipiranga e Maria Taquara, além de calçadas e ruas da área central de Cuiabá que se quer foram cadastrados, o que conseqüentemente inviabiliza pleitear um box no novo “*Shopping dos Camêlos*”. Entendemos que aqui se encontra um problema entre o poder público, os trabalhadores informais e a questão do trabalho na atualidade em nossa capital.

Os trabalhadores que foram contemplados com os boxes no novo barracão fizeram a mudança do seu espaço de trabalho, já aqueles que não foram atendidos permaneciam perambulando pelas ruas e pela praça para garantir a venda de seus produtos.

Um ponto interessante a destacar é que esses trabalhadores que foram realocados do seu espaço de trabalho, ou seja, das ruas, também voltam para as ruas, pois perceberam que no novo barracão o público de atendimento era muito reduzido.

Segundo relato de um ambulante, *“tinha dia que nós vendia só dez reais ou não vendia nada, daí voltamos pra 13 porque aqui que é o movimento de clientes, já estamos há uns 10 anos aqui”* (Entrevistado B).

Dessa forma, grande parte desses camelos e ambulantes que deveriam se fixar no “novo barracão” voltaram para a Praça Ipiranga e para Rua 13 de junho para garantia da sobrevivência, já que grande parte desses trabalhadores, segundo relatos, chegavam a passar até dois, três dias sem vender nada.

Vale destacar também que segundo relato dos camelos e ambulantes que foram contemplados com um boxe no novo barracão, a prefeitura passa todos os dias pela manhã fazendo a vistoria de quem está abrindo o boxe ou não, pois a não abertura implica em perda do espaço. Dessa forma, esses trabalhadores relataram que vão pela manhã no espaço, ficam umas duas horas e depois vão para o centro da cidade, comumente chamado por eles de *“lugar de trabalhar é aqui”*, fazendo referência a Rua 13 de junho e a Praça Ipiranga.

Para a prefeitura, os espaços da rua e da praça se tornaram inadequados, impróprios e ilegais para a permanência desses camelos e ambulantes. O que faz com que os mesmos estejam sempre na corrida dos fiscais para não terem seus produtos tomados. No entanto, esses trabalhadores relataram que já compreendem a dinâmica da fiscalização.

quando passam na segunda, pode esperar que na terça passam também, daí o resto da semana a gente fica de boa ou quando passam pela manhã, a gente dá um jeito de esconder as mercadorias em alguma loja perto ou mesmo no carro de algum companheiro que estaciona próximo e quando eles vão embora, voltamos novamente para a rua (Entrevistado A).

Vale destacar que a permanência desses trabalhadores nas ruas, mesmo com a criação do barracão, bem como a articulação com a fiscalização é parte da produção de saberes que esses trabalhadores construíram ao longo de sua história como camelos e ambulantes, os mesmos tiveram que aprender a construir mecanismos que os permitissem a sobrevivência e a manutenção da vida. E essa “expertise” só foi possível em conflito e encontro com o próprio trabalho, o conhecimento foi sendo adquirido no próprio processo do trabalho. A partir das experiências vivenciadas por esses trabalhadores ao longo dos anos de trabalho nas ruas, passando por enfrentamentos com policiais, com fiscais e com a

própria sociedade, os camelos e ambulantes tem apreendido isso como um elemento fundamental para que os mesmos produzam saberes que são essenciais para a produção material e imaterial da vida.

Grande parte desses camelos e ambulantes localizados na Rua 13 de junho e na Praça Ipiranga trabalham sozinhos ou com mais um membro da família, geralmente o cônjuge ou mesmo os filhos. Dentre esses trabalhadores se percebe baixo grau de escolaridade, geralmente não concluído o primeiro grau, no entanto possuem uma significativa expertise no entendimento do mundo, da vida e de estratégias de trabalho e de venda. Estratégias essas que só foram possíveis a partir da experiência vivenciada por eles no “sol a sol” e no “dia-a-dia” do trabalho na rua.

Grande parte desses trabalhadores possuem tempo considerável como camelos e ambulantes, entre os entrevistados a média era de mais de vinte anos nesse ramo, destacando aqui a senhora Flutuosa Tranquillo de 65 anos que há 36 anos vive como vendedora ambulante.

Um número importante desses trabalhadores informou que vieram do trabalho formal, geralmente com carteira assinada, ocupando funções que exigiam baixo grau de escolaridade para sua execução, ou seja, trabalhadores assalariados que em algum momento foram “expulsos” do trabalho formal e resolveram “ganhar a vida” no trabalho informal.

Outro ponto interessante a ser destacado é que grande parte desses trabalhadores reconhecem que quando trabalhavam como assalariados, de alguma forma eram explorados, trabalhavam muito e não recebiam de acordo com o que achavam que deveria ou mereciam. Questionavam, inclusive, que como assalariados dificilmente o salário permitia uma “*vida boa*”.

A vida como camelo é muito melhor. Antes, quando a gente trabalhava para os outros, tinha que ficar aguentado tudo quieto e não podia fazer nada se não você era mandado embora, não podia nem reclamar do trabalho, do salário que já ouvia alguém dizendo que tinha muita gente desempregada, que emprego tá difícil... Aí você já viu. Hoje eu sou o patrão, eu faço o meu horário, eu faço os meus dias... Sei quando preciso trabalhar mais e quando posso trabalhar menos. Eu faço meu próprio salário. (Entrevistado C).

Esses trabalhadores demonstraram que a “rua os acolheu” no momento em que deixaram o trabalho o formal. Sendo camelos conseguiram manter um padrão de vida desejável, padrão esse que, segundo os entrevistados, não seria possível se tivesse que continuar trabalhando com carteira assinada e sendo subordinado a alguém, no entanto eles

destacam que essa vida “autônoma” também é repleta de riscos, que a “sorte” é um componente relevante para a manutenção como camelô ou ambulante e que é muito importante que entre eles haja parceria, pois desde a aquisição de mercadorias para as vendas até a permanência de seus espaços de trabalho é uma luta diária enfrentada por esses trabalhadores para que suas atividades não sejam perdidas.

A gente ganha uma batalha todo dia, a primeira é quando a gente tem que buscar as mercadorias, passar pelas barreiras sem ser pego ou ter um bom contato que segura isso pra gente, imagina você perder toda mercadoria, é um mês de trabalho jogado fora, mas a gente vai aprendendo, já sabe os melhores dias pra fazer os corres, como fazer os corres. Esse povo que está iniciando agora, ainda perde muito dinheiro, pois ainda não fez os contatos, daí acabam perdendo as mercadorias. A outra é quando a gente vem na sorte das mercadorias não virem com problema, se tem que saber de quem comprar, o melhor momento de comprar, se não você perde dinheiro... Outra luta é com os fiscais da prefeitura, se eles pegam a gente, vai a mercadoria, vai tudo. A gente quer um lugar bom pra trabalhar, aonde o povo vai lá pra comprar da gente, mas por enquanto tá difícil. (Entrevistado C)

□ O entrevistado C faz referência ao espaço que a prefeitura disponibilizou para esses trabalhadores que é insuficiente pelo número de camelos cadastrados pela própria prefeitura, número esse superior ao número de boxes disponibilizados pela mesma. Destacam ainda que esse espaço, devido às obras da Copa de 2014, bem como a revitalização do bairro Porto, no qual está localizado o espaço, acaba por receber pouca procura de clientes, já que a chegada até o local está inviabilizada pelas obras, levando esses trabalhadores novamente as ruas do centro da cidade para o escoamento de suas mercadorias, no entanto ficando estes aos olhos dos fiscais da prefeitura que já não permitem mais suas permanências nesse espaço, já que o prazo máximo concedido pela prefeitura para que esses trabalhadores desocupassem a Rua 13 de junho e a Praça Ipiranga foi o dia 10 de janeiro de 2014. E a partir desse dia o espaço permitido para esses trabalhadores seria esse novo espaço, no entanto, isso ainda não é uma realidade o que acaba por tencionar cada vez mais a relação dos camelos e ambulantes com o Poder Público.

Ainda que haja essa tensão entre o Poder Público por meio dos fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e os camelos e ambulantes, a presidente da Associação dos Camelôs, Vendedores Ambulantes e Permissionários de Cuiabá, Aparecida Ribeiro de Oliveira, avalia que tem melhorado a relação com a Prefeitura por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolv

imento Econômico (STDE) de Cuiabá que tem buscado se reunir constantemente com esses trabalhadores e tem tentado dar soluções para as demandas apresentadas pela classe. Ela destaca que a criação do novo “Shopping Popular”, nome usualmente utilizado “*é um sonho, é uma conquista de mais de vinte anos de luta*”. No entanto, ela também reconhece que “*dezenas vão ficar desempregados*”, mas alertou que “*os verdadeiros camelôs*” foram contemplados e todos os nomes tiveram de passar pelo crivo do Ministério Público”.

Outro ponto relevante é quanto à solidariedade entre os camelos. Ainda que exista certo conflito entre os mesmos devido à concorrência nas vendas, já que muitos vendem os mesmos produtos num mesmo espaço, dentre outros conflitos pessoais, a cumplicidade entre estes parece superar as diferenças. Esses trabalhadores afirmam que entre eles há certo “corporativismo” por reconhecerem que muitos que estão nas ruas são pais de famílias e que dependem desses espaços de trabalho para a manutenção da vida.

Um dos entrevistados citou que quando ainda estavam nas proximidades da Rua 13 de junho e da Praça Ipiranga eles faziam um rodízio quanto ao estacionamento do carro nesse mesmo local, de forma que quando houvesse uma batida por parte da fiscalização todos guardariam rapidamente suas mercadorias neste carro, ficando todos na espera da saída dos fiscais para retornar novamente as ruas e as praças e continuar com o trabalho. Mesmo aqueles que não tinham carro e que conseqüentemente não poderiam participar do rodízio do estacionamento eram também abrigados e “protegidos” pelos colegas.

Reforço aqui não só o aspecto solidário entre os camelos e ambulantes, mas também a experiência que os permitiu a produção de saberes que são utilizados por esses trabalhadores como importante estratégia de trabalho.

Outra estratégia que também aponta lastros de solidariedade é vivenciada quando da “batida” dos fiscais, entre eles as mensagens de celular era o melhor contato para comunicação do perigo eminente. “Fiscal chegando” ou mesmo uma ligação rápida do companheiro que estava na rua para um que estava na praça para que agilizasse a corrida para salvar as mercadorias.

Até mesmo em relação às vendas são verificados os apontamentos feitos anteriormente. Quando algum camelo está com cliente e este pede alguma mercadoria que por acaso o comerciante não tem no momento, pedir no box do colega mais próximo a mercadoria solicitada é uma alternativa frequente, afinal, como dito por eles “*pra não perder o cliente*”. Mesmo quanto à fixação dos preços, uma estratégia de venda, mas também de solidariedade entre os mesmos. E dessa forma essa relação se caracteriza com

frequência nesse espaço, apontando características de solidariedade, de experiência e de produção de saberes entre esses trabalhadores.

Considerações Finais

A intenção principal deste artigo foi refletir sobre a relação entre trabalho e educação entre camelos e ambulantes, tendo como referência a questão da produção de saberes e experiência.

Entendemos que os processos pedagógicos também se constituem como um elemento da cultura do trabalho, mediando às condições objetivas e subjetivas do processo produtivo. A dinâmica do trabalho é fonte de saberes, adquiridos e produzidos no processo de trabalho, no qual os camelos e ambulantes estão inseridos nesta perspectiva.

Entendemos ainda que esses trabalhadores adentram para o trabalho nas ruas como uma alternativa utilizada frente à reestruturação produtiva que tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem outras formas de manutenção da vida. Em meio a esta perspectiva, esses trabalhadores da economia popular buscam formas de conseguir os recursos necessários à sobrevivência e a produção da vida material e imaterial.

A nossa intenção não é tirar conclusões definitivas sobre o tema, mas, realizar um exercício de reflexão teórica que será retomado em pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

□□□□□_____. Trabalho numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *A cidadania negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. Coleção Grupos de Trabalho, CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 35-46.

CIAVATTA, Maria. *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Os labirintos do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-144.

CIAVATTA, Maria (Org.). *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Democracia operária, partidos, sindicatos e conselhos*. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Introdução à crítica da economia política. In: *OS PENSADORES*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Marx e Engels, 1974. Pg.19).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.*, Abr 2007, vol.12, nº 34, p.152-165.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva* [online]. 2008, vol.26, n.01, pp. 69-94.

_____. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijui, 2001.

_____. “Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego: a versão angrense do paraíso tropical”. In *Scripta Nueva Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, www.ub.es/geocrit/sn, 2002a.

_____. “Brincando de casinha: fragmentos de economia, cultura e educação.” In Frigotto, G. e Ciavatta, M. (org.): *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b.

_____. “Cultura do Trabalho, produção associada e produção de saberes.” *Educação Unisinos*, 10(2):116-122, maio/agosto 2006.

_____. *Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação*. In: PICANÇO, Irani; TIRIBA, Lia (Orgs.), *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004, p. 75-101.

_____. *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*. Publicado em PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008. In: <http://www.perspectiva.ufsc.br>.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.